

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRECONCEITO ÉTNICO RACIAL NA ESCOLA

Rosaliane Lustosa da Silva Carneiro- Graduanda do curso de
Pedagogia/UAE/CFP/UFCG-email: rosaliane2011@hotmail.com

Co- autora: Eduarda Maria de Andrade- Graduanda do curso de
pedagogia/UAE/CFP/UFCG- email: eduardaema@gmail.com

GT: 23- Educação, Gênero e Relações Etnicorraciais

O presente texto tem como eixo norteador o tema preconceito étnico racial na escola e suas implicações no campo educacional. Este trabalho é o resultado de uma pesquisa exploratória e de campo que teve como metodologia uma entrevista semi estruturada com cinco questões, realizada junto a cinco professores para fins avaliativos da disciplina Sociologia da Educação II, ofertada pelo curso de Pedagogia/UFCG/Campus Cajazeiras. Objetivou-se investigar como os professores dos anos iniciais trabalham tal temática na sala de aula. Para identificar a compreensão dos referidos docentes acerca do tema em questão lançamos como questionamentos algumas perguntas, entre elas estão: - Qual é a sua concepção sobre preconceito étnico racial? - Por que é importante trabalhar esse tema na sala de aula? – Qual sua metodologia utilizada para trabalhar o preconceito étnico racial na sala de aula?

Com base nessas perguntas pode-se definir como preconceito étnico racial toda e qualquer aversão a pessoas que são de outras raças. Uma das manifestações mais explícitas do que venha a ser preconceito étnico racial é o racismo, que se caracteriza como inferiorização do negro. Todas as vezes que repelimos alguém por ser índio, cigano ou negro estamos nos comportando como pessoas preconceituosas e criminosas, haja vista essa prática ser considerada como um crime pela Constituição Federal. Silva (2001, p. 75) afirma que:

O preconceito é basicamente uma atitude negativa (é necessário que haja algum referente positivo para comparação) com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo da pessoa preconceituosa é considerado um ponto

positivo de referência. É uma posição psicológica que acentua sentimentos e atitudes endereçados a um grupo como um todo, ou a um indivíduo por ser membro dele.

A partir disso pode-se inferir que o preconceito é uma atitude de negação ou de repelir alguém por ela não se enquadrar nos parâmetros estabelecidos como “normal” ou “ideal”. É, portanto, o desejo de impor limites à condição de humano do outro na perspectiva de menosprezar e isolar as pessoas por questões raciais, religiosas, culturais e políticas.

Para esclarecer ainda mais este pensamento é preciso citar os conceitos de “raça” e “discriminação”. O primeiro pode ser definido como sendo um grupo de pessoas que têm determinadas características. Para Gomes (2001, p. 85) “raça é entendida como um conceito relacional que se constitui histórica, política e culturalmente”.

Discriminação é o ato de segmentar as pessoas, de negar seu valor de repudiá-las pelo fato delas possuírem algumas diferenças em relação àquele que discrimina. Segundo Silva (2001, p. 75):

A discriminação, por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado.

Entende-se, pois que a discriminação é o resultado de um pensamento preconceituoso, ela é a atitude real que resulta na verbalização de ofensas e hostilidades.

Passaremos, a seguir, a apresentar as análises das respostas obtidas pelas cinco professoras dos anos iniciais de escolas públicas da cidade de Uiraúna, Cachoeira dos Índios e Marizópolis (alto sertão da Paraíba) e suas concepções a respeito do preconceito étnico racial.

Inicialmente, questionamos às docentes sobre qual era a sua concepção acerca do preconceito étnico racial. Três das cinco professoras responderam que no Brasil há uma enorme variedade de raças e por isso algumas pessoas tendem a ter preconceito, ou aversão por algumas delas. Explicaram que não é correto pensar que existe

supervalorização entre as raças, já que todos são iguais perante as leis. O depoimento a seguir é ilustrativo:

“A sociedade é composta por várias etnias, cada uma com o seu valor, com a sua dignidade. A Constituição retrata a igualdade de todos perante a lei, mas infelizmente o preconceito de etnias existe, sendo assim um ato vergonhoso que diminui o ser humano na sua integridade” (Z.A)

Diante do exposto podemos perceber que as professoras compreendem o preconceito étnico racial, como uma prática negativa e que não deve ser perpetuada. Turner (2000, p. 121) diz que:

Preconceitos são crenças a respeito de membros de um grupo étnico identificados segundo suas qualidades indesejáveis. Pense em epítetos étnicos e as conotações que carregam, como claros indicadores de crenças preconceituosas ‘nego’, ‘carcamano’ ‘polaco’, ‘baiano’, ‘japa’, e assim vai. Crenças preconceituosas são, portanto, uma parte notável da cultura de todas as sociedades.

Com isso verifica-se que há certa intolerância para com determinados grupos sociais e que isso precisa ser combatido por diversos setores da sociedade, entre eles a escola, a qual é uma instituição que tem como uma de suas principais funções a formação para a cidadania e dignidade.

Dando continuidade à entrevista perguntou-se às professoras se elas já tinham presenciado alguma situação relacionada ao preconceito étnico racial na sala de aula e qual teria sido a reação das mesmas diante tal situação.

Como resposta verificou-se que duas professoras afirmaram não ter presenciado nenhum tipo de situação que caracterizasse o preconceito étnico racial, enquanto que as outras três docentes disseram que sim, que testemunharam tal acontecimento. Segundo elas:- “Sim. Fiquei triste com a situação, uma vez que este assunto é abordado em sala de aula e mesmo assim tentei agir com paciência nesse momento”

Ambos responderam que reagiram com paciência e usaram a conversa para amenizar tal conflito.

O diálogo pode ser uma ferramenta pertinente para mediar um debate reflexivo acerca do preconceito na sala de aula. Não se pode ficar estático diante de uma cena que

explícite a discriminação entre os alunos. O papel do professor é levar os alunos a perceberem a riqueza entre a diversidade e entender que somos iguais na diferença. Como afirma Freire (1996, p. 33):

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.

Com isso podemos entender que a formação humana na escola deve conduzir o aluno a agir de forma ética com seus semelhantes. Levar o aluno a questionar o porquê das discriminações pode ser um aspecto instigante para que ele seja um sujeito ético por excelência. Ainda sobre isso Silva (2001, p. 159) afirma que:

Não é possível uma sociedade democrática se não nos comprometermos a banir do cotidiano escolar todas as atitudes e os comportamentos que o protegem, o disseminam e mantêm relações hierárquicas entre os seres humanos.

A partir daí tem-se a concepção do espaço escolar como agente transformador de visões que possam consubstanciar-se como discriminação. O professor dos anos iniciais tem um papel muito importante, pois é ele que forma as bases da personalidade de uma criança. Desde pequeno o indivíduo deve saber que não há sentido na discriminação ou no preconceito e que estes são fatores negativos e inadmissíveis em uma pessoa.

Indagou-se também aos docentes quais eram as metodologias utilizadas para trabalhar o preconceito étnico racial na sala de aula. Obteve-se como resposta duas visões semelhantes, as quais deram conta de que na sala de aula é usada a prevenção, o debate e a contextualização para trabalhar problemáticas como o preconceito étnico racial. Suas respostas foram:

-“Através de trabalhos em equipe onde haja interação entre os alunos, utilizando a realidade do aluno”. (M.G.L.D)

Outros três professores responderam de forma semelhante que:

“se faz necessário regras de boas convivências na escola, que é a vivência em comunidade, procurando desenvolver no educando o respeito mútuo e garantindo assim uma relação interpessoal harmônica, pois todos têm os mesmos direitos e deveres”.
(N.L)

Os professores disseram que refletem com os alunos algumas questões pertinentes ao tema antes mesmo que se concretizem os atos de discriminação. Isso pode ser uma ação combativa. Trabalham também com a realidade do aluno e evidenciam seu contexto social. Segundo Gomes (2001, p. 180):

Com o intuito de realizar um trabalho responsável e consequente torna-se fundamental esmiuçar o fazer pedagógico e os temas, debruçar-se sobre as partes e pensar ações contínuas. Este movimento é a chave para sustentar qualquer pretensão de combate ao problema da desigualdade social e melhorar a qualidade do ensino e contribuir com a formação dos cidadãos conscientes e críticos

Dessa maneira fica evidenciada a necessidade de propor alternativas metodológicas e didático-pedagógicas para acabar com casos de preconceitos na escola.

Outra pergunta feita foi: “Por que é importante trabalhar essa temática com os alunos?” Os resultados se assemelharam em duas respostas. As professoras disseram que:- “É importante trabalhar a temática do preconceito étnico racial na sala de aula pelo fato de conscientizar os alunos acerca dessa problemática social e estimulá-los a não praticá-la” (Z.A)

Ou seja, a partir do momento em que se reflete sobre os casos de discriminação e preconceito os alunos se posicionam em relação ao tema, tornando-os sujeitos críticos, conscientes e agentes transformadores deste contexto. Segundo Silva (2001, p. 157): “Uma educação antirracista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais“. O que nos leva a refletir sobre a urgência de práticas pedagógicas que exterminem atos de preconceito entre os alunos na escola.

Para finalizar a entrevista foi questionado aos docentes sobre quais seriam as dificuldades encontradas para trabalhar o preconceito étnico racial com os alunos e o que fizeram para superar essas dificuldades.

Entre as cinco professoras entrevistadas obtivemos dois tipos de respostas que se assemelharam. Eles disseram que: “Há dificuldades no que se refere aos recursos pedagógicos disponíveis na escola, a falta de apoio dos governantes em relação ao trabalho com este tema e o interesse dos alunos” (N.L)

E eles disseram que lutam para superar essas dificuldades com pesquisas, práticas inovadoras e dinâmicas na sala de aula.

Percebemos que ainda há certos empecilhos para trabalhar o preconceito étnico racial na escola de modo geral, mas talvez o maior deles seja a falta de vontade dos docentes em tornar este tema mais presente na sala de aula. Os motivos para isso variam desde a ausência de uma formação adequada, até a percepção de que não é um conteúdo importante a ser trabalhado.

Vale destacar que a lei 10.639/2003 foi elaborada com o intuito de incluir nos currículos escolares a Cultura Afro-Brasileira como conteúdo obrigatório, esta lei também inclui o dia da Consciência Negra no calendário escolar que é o dia 20 de novembro. Assim diz a lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

(BRASIL, 2004, p. 35)

Porem sabe-se que, a lei só sairá do papel se professores e alunos tiverem acesso à formação sobre a temática racial na educação. Faz-se necessário que todos que fazem a educação sejam preparados para vivenciarem diariamente no contexto escolar, alternativas e práticas que ajudem a formar seres humanos mais justos e solidários e que saibam viver com as diferenças.

Mas isso não é suficiente se não for acompanhada de um compromisso do docente pela luta no sentido de excluir as práticas racistas e discriminatórias entre os alunos e

sujeitos escolares em geral. Turner (2000, p. 122) aponta como solução para isso “O Movimento dos Direitos Civis da década de 1960 que colaboraram para quebrar a discriminação”. Este foi um período marcado por diversas rebeliões populares na sociedade civil em países de todos os continentes. Foi um movimento que surgiu com o intuito de conseguir a igualdade de direitos perante a lei para todas as camadas da população independente de cor, raça ou religião.

Sabemos que ainda precisamos avançar muito na busca para acabar com práticas discriminatórias no contexto escolar e social. Portanto, o papel do professor não se resume ao ensino mecânico de conteúdos, mas ele pode ser algo inovador que proponha reflexões para acabar com preconceitos e discriminações de qualquer origem. O que observamos é que a LDB 9394/96 revela que:

Art.2º-A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A própria lei máxima da educação garante que o ensino possa formar cidadãos mais esclarecidos para atuar na sociedade. Com isso cabe o professor lançar estratégias para levar os alunos a compreenderem o que é o preconceito étnico racial, suas consequências e abolir suas manifestações na sala de aula e fora dela.

Então temos que lutar para que as leis sejam efetivadas e o contexto escolar seja de fato um ambiente de respeito, solidariedade e apreço às diferenças. O docente deve ser qualificado e estar aberto às inovações para conscientizar seus alunos de que somos iguais na diferença.

Ao realizar este trabalho concluímos que o preconceito étnico racial existe e precisa ser combatido nas escolas e na sociedade de forma geral. Os professores estão cientes dessa necessidade e já elaboram ou ensaiam algumas soluções viáveis que possam amenizar tal problema.

A partir do exposto observamos que os professores possuem uma concepção de preconceito étnico racial baseado nas suas vivências cotidianas e no senso comum, eles não têm uma noção mais consolidada e fundamentada acerca do tema. Sabemos que ainda precisamos avançar muito em termos de ensino e aprendizagem.

Sendo assim se faz necessário que o Estado ofereça aos professores cursos relacionados ao tema para que eles tenham uma formação mais rica para que possam trabalhar este tema com mais propriedade, possibilitando uma atualização e aprofundamento de conhecimentos teórico-práticos, levando a uma reflexão sobre as práticas e as possibilidades de mudanças.

Quando se trabalha na coletividade se torna possível valorizar ações de construção de uma sociedade mais justa, baseadas em relações igualitárias, solidárias e que possam assumir posturas e compromissos que busquem combater as desigualdades, discriminações e o racismo que ainda se faz presente na sociedade brasileira. Também devemos avaliar nossos próprios valores e condutas, pois estão em nossas mãos as possibilidades de transformá-las, desenvolvendo atitudes de valorização as diversidades étnicas e culturais, pois só assim é possível afastar o preconceito e educar crianças e adolescentes mais conscientes.

Apesar da lei que já temos no Brasil e o seu rigor, isso ainda não é suficiente para excluir as atitudes preconceituosas. É importante que as pessoas ao presenciarem alguma atitude desse tipo denunciem para as autoridades competentes.

O preconceito étnico racial no Brasil foi construído ao longo de nossa história e ele será desconstruído a partir do momento em que todos passam a conhecer e entender sobre o assunto.

Toda população negra que são consideradas minoria e são excluídos da sociedade, ao longo dos anos se tornaram calados diante de tantos preconceitos tem o direito a uma sociedade brasileira menos injusta, discriminatória, onde os demais desvalorizam e desrespeitam sua diversidade cultural, para que eles possam ter uma cidadania de verdade.

Sabemos que o preconceito acontece a partir de algo que não temos conhecimento onde as pessoas que praticam atitudes preconceituosas têm uma visão distorcida da realidade. A única maneira que temos para lidar contra essa sociedade preconceituosa é a educação. Por isso a escola por sua vez deve trabalhar com esse tema que é atual e muito polêmico. Trabalhando como instrumento de formação de consciência do educando.

Por essa razão ela deve promover reflexões, debates que permitam aos alunos se veem como principal responsável dos seus conhecimentos e sua história, com isso docentes em conjunto com os discentes abrirão uma discussão, desenvolvendo o respeito pelo seu humano, criando uma nova visão em relação ao contexto histórico da

questão étnico racial no Brasil. Com isso a escola formará cidadãos críticos e conscientes e tudo isso contribuirá de maneira positiva na formação do educando, fazendo com que os alunos tenham novas posturas.

Os professores deverão contribuir de maneira positiva levando aos seus alunos a investigarem, pesquisarem sobre o assunto para que eles possam ter clareza e valorização do ser negro dentro do seu contexto, bem como ajudar aos alunos que sofrem discriminação a superar esses desafios.

É de suma importância tornar o nosso espaço escolar em um lugar de combate ao preconceito étnico racial em nossa sociedade. Infelizmente o preconceito ainda está muito presente em nosso dia a dia, no mercado de trabalho, nas atitudes das pessoas. Porém devemos lutar contra essas práticas, buscando uma verdadeira democracia étnica racial desconstruindo os estereótipos criados ao longo dos anos em nosso país.

Ao término da investigação concluímos que os profissionais da educação envolvidos na pesquisa demonstraram preocupação em debater o preconceito étnico racial na sala de aula com os alunos e que eles veiculam metodologias baseadas no diálogo para tentar amenizar possíveis manifestações de conflitos envolvendo o tema. Percebeu-se também que os docentes têm argumentos para conceituar o preconceito baseados no senso comum e não em teorias mais elaboradas, daí sentirem dificuldade em expressar uma definição sobre o mesmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96, 1996, Brasília, Brasil. (art.2º)

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico - racias e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004. P (35)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. P. (33)

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, Etnia e Raça**: o trato pedagógico da diversidade. IN: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na Educação**: repensando a escola. Selo Negro, São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha). **Formação de Educadores/As para ao combate ao racismo**: mais uma tarefa essencial. IN: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na Educação**: repensando a escola. Selo Negro, São Paulo, 2001.

TURNER, H Jonathan. **Sociologia: conceitos e aplicações**. Makron Books, São Paulo, 2000. P. (121-122)